

Verbetes da letra A do Dicionário Escravidão e Liberdade

Script of the Letter A of the Dictionary of Slavery and Freedom

*Ênio José da Costa Brito**

Recebido: 12/10/18

Aprovado: 20/08/18

Resumo:

No dia 28 de maio de 2018, ocorreu no teatro Eva Herz da Livraria Cultura o lançamento do Dicionário da Escravidão e Liberdade, organizado por Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes. Para desvelar as múltiplas faces da escravidão, os autores elaboraram um Dicionário temático, com 50 textos críticos. O presente artigo apresenta anotações de leitura dos oito verbetes que compõem a Letra A, visando mostrar o perfil e o conteúdo dos mesmos.

Palavras-Chave: África, Brasil, Escravidão, Liberdade, Tráfico.

Abstract:

On the 28th of May 2018, the release of the 'Dictionary of Slavery and Freedom', organized by Lilia Moritz Schwarcz and Flávio dos Santos Gomes, took place at the Eva Herz Theatre, at Librarian Culture. To unveil the multiple facets of slavery, the authors developed a thematic Dictionary, with 50 critical texts. This essay presents reading notes of the 8 Letter A entries, aiming to show their profile and content.

Keywords: Africa, Brazil, Slavery, Freedom, Traffic.

* Professor Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP, Coordenador do Grupo de Pesquisa *Imaginário Religioso Brasileiro (Veredas)* e Vice Coordenador do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO-PUC). Editor da Revista *Último Andar*.

Introdução.

No campo da pesquisa histórica, a temática da escravidão desde a década de 1980, tem tido um crescimento exponencial. Pesquisadores (as) têm-se debruçados sobre os mais variados temas revelando nuances desses quatrocentos anos de violência e negação dos direitos humanos e a resistência, a luta dos escravizados pela liberdade. O *Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 Textos críticos*¹ na sua multiplicidade de temas descortinam para os leitores (as) tópicos já conhecidos, mas também desconhecidos do horizonte diaspórico.

Os organizadores tomaram todos os cuidados para facilitar a leitura: verbetes concisos, 154 ilustrações, informações sobre os autores, bibliografia breve de cada verbete, relação dos acervos pesquisados e um amplo índice remissivo. A instigante apresentação de Alberto Costa e Silva, a Introdução dos organizadores tem um objetivo preciso, preparar os futuros leitores (as) para uma recepção mais refinada dos 5º textos do Dicionário.

No prefácio, Alberto Costa e Silva, nosso grande conhecedor da problemática dispórica, nos oferece a chave de leitura, *se estes ensaios nos dizem que o passado é sem esperança de concerto, eles não nos deixam esquecer que há sombra sem luz*. p. 16).

Primeira Leitura

Apresentamos o título do verbete, o autor e em seguida as anotações baseadas no texto, sem comentários. Finalizaremos com breves pontuações.

Verbete: **África durante o comércio negreiro (Roquinaldo Ferreira).**

O primeiro verbete *África durante o comércio negreiro* de Roquinaldo Ferreira abre com um apelo aos pesquisadores para que ampliem o enfoque qualitativo. *Por trás dos números do tráfico, no entanto estão seres humanos cujas histórias de vida e trajetórias precisam ser resgatadas para que haja uma compreensão adequada da devastação causada pelo tráfico atlântico de cativos* (p. 52).

Com o tráfico e sua lenta internacionalização instala-se nas sociedades africanas uma instabilidade sistêmica. O ponto alto do tráfico para o Brasil ocorreu na segunda metade do século XVII, favorecido pela proximidade marítima e pela presença luso-brasileira na Costa da Mina e África Central.

¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Verbete: **África, números do tráfico Atlântico (Luiz Felipe de Alencastro).**

Para entender as cifras relativas ao comércio de africanos para o Brasil (4.8 milhões) entre 1550-1850 nas 14.910 viagens transatlânticas em **África, números do tráfico Atlântico**, Alencastro examina as redes de trocas que ligavam os portos brasileiros aos africanos. Aponta quatro eixos principais e um eixo derivado: circuito Amazônia-Guiné Bissau, na Senagâmbia; Pernambuco-Angola; Bahia-Golfo do Benin e Rio de Janeiro – Angola/Moçambique/África Central e o rio da Prata. Constata, ainda, a estreita sincronia entre fluxos do tráfico Atlântico e os ciclos econômicos brasileiros. *Desde 1500 até 1850 todos os ciclos econômicos brasileiros – o do açúcar, do ouro e do café -, derivam do ciclo multissecular de trabalho escravo trazido pelos traficantes* (p. 63).

Verbete: **Africanos Centrais (Robert W. Slenes).**

A grande maioria dos cativos desembarcados nas Américas e no Brasil era centro-africana (74%). Slenes, em **Africanos Centrais** aponta alguns princípios culturais para se entender como os centro-africanos, aqui no Brasil, conviveram com seus congêneres da zona Atlântica da África. Falavam a língua bantu – Kikongo, Kimbundo e Umbundu -; acreditavam em dois tipos de espírito: *ancestrais* nomeados e espíritos tutelares da terra; acreditavam que os espíritos do outro mundo se revelavam aos homens (sonhos/possessões) e que alguns seres humanos mobilizavam poderes dos espíritos (sacerdotes/feiticeiros). Outro princípio cultural, a manutenção da linhagem, dos clãs, dos grupos de parentes, das associações terapêuticas com seus cultos de cura (*ancestrais* recentes) e cultos comunitários de aflição-fruição (espíritos tutelares). Em 1509, deu-se o encontro do cristianismo com as religiões tradicionais no Congo. *O resultado foi uma nova religião, enraizada no povo, porém fundamentada em preceitos e categorias nativos – com Santo Antônio, o Ntoni Malau reconhecido como grande sacerdote em vida e, já espírito, como um poderoso tutelar da terra* (p.67).

Verbete: **Africanos Livres (Beatriz Galotti Mamigonian).**

Os assim chamados *africanos livres* eram os resgatados de navios condenados por tráfico ilegal. Resgatados, permaneciam submetidos a um período de trabalho compulsório de 14 anos, sob a administração estatal. Entre 1819-1866, 11 mil viveram no Brasil como *africanos livres*. Mamigonian relata no verbete: **Africanos Livres** um pouco dessa história através da legislação que tem relação direta ou indiretamente com os *africanos livres*. Em 1808, os emancipados passam a viver num regime de aprendizado, tempo de preparação para viver em liberdade. Em 1815, o Tratado Anglo-Português proíbe o comércio fora dos domínios portugueses e acima da linha do equador. Em 1817, uma

Convenção Adicional regulamenta as Comissões Mistas (Inglaterra Brasil. Em 1818, O Alvará de 26 de janeiro de 1818 definiu o Estatuto dos Africanos no Império. Em 1826, o Tratado Anglo-Brasileiro proíbe todo o comércio de escravos para o Brasil. Em 1871, a Lei de 7 de setembro regulamenta a repressão ao tráfico, detalhando os procedimentos de vistoria dos navios e dos inquiridos e estabelece a reexportação de africanos para a África. Em 1834, as negociações para a reexportação falham e Aureliano Coutinho decreta a arrematação substituída mais tarde pela concessão. *A concessão dos serviços dos Africanos Livres seguiu os moldes clientelistas e serviu de moeda de troca política na fase de fortalecimento do poder central* (p.74). Em 1837, ocorreu o pacto de silêncio sobre o tráfico ilegal por parte do governo e dos senhores de escravos Eusébio de Queiroz). Em 1850, promulga-se a Lei Eusébio de Queiroz proibindo o tráfico e reiterando a reexportação. Finalmente, em 1864, temos a determinação da emancipação definitiva dos africanos livres do Império (11 mil). Não se pode esquecer que: *africanos e africanas livres resistiram como puderam; reclamaram tratamento digno, denunciaram maus-tratos, recusaram-se a acatar ordens, fugiram* (p.74).

Verbete: Africanos Ocidentais (Luis Nicolau Parés).

Luis Nicolau Parés, em *Africanos Ocidentais*, apresenta dados relativos ao tráfico de escravos ocorrido na região: 1.2 milhão de africanos, perfazendo 25% de todos os escravizados que aqui chegaram entre 1550 e 1850, da Costa de Escravos, parte oriental, vieram para a Bahia (75%), para Pernambuco (11%) e para o Maranhão (8,2%). O termo mina, no início, restrito aos africanos embarcados no Castelo de São Jorge (1482-1488) generalizou-se, dando ao processo de identificação dos *africanos livres* um perfil plural e dinâmico. Com a intensificação das relações econômicas entre Bahia e Costa da Mina e das guerras intestinas na região, embarcaram falantes de diversas línguas, como gbe e o iorubá. Na Bahia, os primeiros foram chamados jeje e os segundos, nagô. Afinidades culturais e capacidade linguística contribuíram na diáspora para que povos, política e culturalmente, heterogêneos se organizassem sob uma única denominação. Os *africanos ocidentais*, ao longo do século XVII podem ser encontrados na Bahia, no Maranhão, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. No século XIX, as guerras santas ou *jirah* na África trouxeram os *yorubás* e povos islamizados. Em 1820, os nagôs se tornam majoritários superando os *jejes*. *Para além do aporte fundamental da sua força de trabalho e conhecimento técnico ao desenvolvimento da economia mineradora e da plantation colonial, os africanos ocidentais tiveram um protagonismo decisivo na formação institucionalização da cultura afro-brasileira* (p.82). Interagiram,

ainda, com outras nações africanas, com as culturas nativas; se organizaram em irmandades católicas; forneceram um modelo organizacional de forma de rituais de associativismo religioso ao candomblé.

Verbetes: **Africanos Orientais (Edward A. Alpers).**

A nova rota do tráfico é apresentada por Edwards A. Alpers, em *Africanos Orientais*. Rota inaugurada, em 3 de dezembro de 1794, com o navio negreiro português São José- Paquete de África, que naufragou ao sair da ilha de Moçambique, com quatrocentos cativos a bordo. A nova rota ligava o oceano Índico ao Atlântico. Foi consolidada e incrementada por uma série de fatores no final do século XVIII e início do XIX: necessidade de atender a demanda de mão de obra brasileira; aumento do preço do cativo na África Centro-Occidental; autorização do tráfico negreiro para o rio da Prata (1791); abolição britânica do tráfico negreiro (1807); pressão inglesa para término do tráfico e anulação das restrições da coroa portuguesa ao tráfico direto Moçambique-Brasil (1808). Esses cativos eram conhecidos como Moçambique - designação mais ampla, carregavam o estereótipo étnico de feios e apáticos. Outra forma de identificá-los era pelas *marcas tribais*: saliências do tamanho de uma ervilha na testa e tatuagem meia-lua na testa (Macua). Entre outros indícios da presença dos *moçambiques* no país temos quarenta ou cinquenta palavras de possível origem oriental, como *aringa/paliçada*; *caracaxá*/ pequeno chocalho e *moçambique*/ cinto de vidro (MG). Temos, ainda, a dança folclórica Moçambique dedicada a São Benedito (1524-1589), espalhada por todo território nacional. Essa presença é confirmada pela perícia arqueológica realizada no Cemitério dos Pretos Novos. Entre 1834 e 1830 dentre os enterrados no Valongo 11% são de Moçambique, 9% de Quilimane e 4% de Inhambane. A análise física dos dentes de 50 jovens (Macuas) confirma a presença desses *africanos orientais* no Brasil. Com a retomada da cooperação Sul-Sul, o Brasil toma consciência da presença desses *africanos orientais*.

Verbetes: **Alforrias (Eduardo França Paiva).**

Alforria de Eduardo França Paiva, inicialmente, lembra que o termo é de origem árabe e significa *libertar*. Prática usual na península Arábica, muito antes da presença do Islã (século VII).

Em Portugal, depois de 1512, o termo *alforria de escravos* substituiu o de *resgate*, no entanto na América Portuguesa empregava-se *resgate de índios* e *índios forros*, isto é, índio libertado e descido do sertão, voluntariamente. A primeira mão de obra da Colônia foi composta por *indígenas forros, resgatados, escravizados* e mamelucos. No século XVI, os negros africanos são introduzidos na história

da escravidão e da alforria. No século XVII, ocorreu a *africanização* do mundo do trabalho no Brasil, e com ela o aumento das alforrias. As mulheres africanas e crioulas se destacavam entre os forros, modificando o perfil social urbano, que se torna mais mestiço e feminino. Alforrias são sempre negociadas entre escravos e senhores, ocorrem de várias formas, compradas, gratuitas, ligadas em testamento, prometidas sob condições, como recompensa e coartadas. *As alforrias ajudaram a dotar a sociedade escravista do Brasil com a mesma mobilidade social existente na América espanhola do século anterior* (p.95). No século XVIII, com a descoberta de riquezas minerais, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, cresceu a vinda de cativos, calcula-se que dois milhões entraram no país. Em 1780, Minas Gerais contava já com uma população de 394 mil habitantes dos quais 174 mil eram escravos e com um alto número de forros. No final do século XVIII, o perfil das alforrias já era urbano, suburbano e feminino, e parte significativa dos forros tornara-se senhor de escravos, sem, contudo, conseguir apagar sua origem. As alforrias continuaram acontecendo, especialmente, nos centros urbanos. Intensificaram no período do movimento abolicionista e devido as leis específicas do Ventre Livre (1871) e do Sexagenário (1885). *A história das alforrias no Brasil terminou em 1888 como havia começado junto com a da escravidão então abolida* (p.98).

Verbetes: **Amas de Leite (Lorena Féres da Silva Telles).**

Para Lorena Telles, a reflexão sobre a escravidão numa perspectiva de gênero, passa necessariamente pela escravidão doméstica. Em *Amas de Leite* volta-se para a figura icônica dessas mulheres africanas e crioulas, apresentadas como carinhosas e devotadas a seus senhores. Essas *escravas de portas adentro* inseridas numa complexa teia de relações, experimentavam cotidianamente dominação violência, restrições ao exercício da maternidade e exploração de seus corpos. A maior preocupação das amas de leite era com a sorte de seus próprios bebês, submetidos a desmame precoce; a separação temporária ou definitiva e a má alimentação. Depois de 1850, nas grandes cidades, a prática de alugar amas de leite cresceu muito. Alugar uma ama sem o filho saía mais claro. Os anúncios de jornais, em geral, não mencionam o filho (a) (90%). Entre as expressões encontradas temos: *sem cria; vendo a cria e aluga-se com filho ou sem ele*. Os recém-nascidos podiam permanecer na casa dos senhores, serem entregues a amas de criação, vendidos ou doados a familiares, deixados na rua, nas escadarias das igrejas ou então na roda dos expostos. Ao longo da segunda metade do século XIX, o discurso higienista atacou a prática do aleitamento de bebês por mães negras, atribuindo a elas doenças e problemas futuros da nação. Na prática, esse discurso surtiu pouco efeito, pois, ter uma nutriz escrava dava status e lucro. As amas de leite entraram para os álbuns de família, ao serem fotografadas com crianças brancas no colo. *As amas de leite*

resistiram como puderam. Anúncios de jornais registraram a fuga de escravas das casas de locatários; outras abandonaram o domicílio senhorial nos últimos meses da gravidez com o provável objetivo de escapar ao seu destino como ama e assim evitar a morte ou o sumiço dos filhos (p.104).

Verbetes: Amazônia escravista (Flávio dos Santos Gomes e Lília Moritz Schwarcz).

Flávio Gomes e Lília Schwarcz, em *Amazônia Escravista*, apresentam a face negra da Amazônia, que vem sendo gradualmente desvelada pela historiografia. Em 1960, Vicente Salles realizou pesquisas pioneiras sobre o negro no Grão-Pará. Com a fundação de Belém, em 1616, a Amazônia é incorporada definitivamente ao espaço português. Vários fatores contribuíram para a introdução de Africanos na Amazônia: tensão entre colonos e jesuítas pelo controle de mão de obra indígena; provisões régias de 18 de março de 1622 e 1ª de abril de 1680; criação da Companhia do Comércio do Maranhão (1662); criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Pará (1755-1781), por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Companhia do Cacheu e Cabo Verde (1676-1685). Já na segunda metade do século XVIII, a escravidão africana tornara-se significativa na Amazônia. Uma faceta, pouco conhecida, era a dimensão triangular do tráfico negreiro, envolvendo Lisboa, entrepostos africanos e Amazônia. Dinâmica, que incide nas origens dos Africanos que entraram na Amazônia, em geral, africanos da alta Guiné (Senegâmbia) e da Costa da Mina. Calcula-se que até 1830, 20514 africanos desembarcaram no Grão-Pará, impactando o mundo do trabalho e a produção de riquezas na região. A cidade de Manaus recebeu um número significativo de escravizados, que foram repartidos entre agricultores e comerciantes. As unidades produtivas de arroz, tabaco, algodão e cacau, –introduzidas em meados do século XVIII–, receberam mão de obra escrava. Destaque para a rizicultura, desenvolvida na costa setentrional do Pará, nas várzeas e terras férteis da região, como as áreas de Macapá e Mazagão. Segundo Acevedo, as terras do Cabo Norte receberam, com a entrada de colonos embarcados em Portugal, com escravos introduzidos da África e com indígenas mobilizados de locais diversos do vale amazônico, um sopro de povoamento (p. 112).

Verbetes: Associativismo Negro (Petrônio Domingues).

A intensa vida associativa desenvolvida pelos negros desde o momento que desembarcaram em solo brasileiro é apresentada por Petrônio Domingues, em *Associativismo negro*. Atender todo o tipo de necessidades era o objetivo principal dessas associações, como o Clube Beneficente 13 de Maio, em Curitiba. A Guarda Negra da Redentora, criada em 1888, defendia a Monarquia, enquanto o Club Republicano (1889) os ideais republicanos. Ao longo da Primeira República, as

associações se multiplicaram: associações beneficentes e de auxílio mútuo, associações de perfil cultural, educativo e recreativo, associações de lazer, carnavalescas e recreativas. Em geral, regidas por um estatuto, algumas com sede própria, se mantendo com as mensalidades dos sócios(as). A Frente Negra Brasileira (FNB) marcou a década de 1930. Em 1936, obteve o registro de Partido Político. Durante o Estado Novo, as associações diminuíram suas atividades, sendo retomadas na Segunda República. Nesse período destacou-se a União dos Homens de Cor (UHC) de Porto Alegre (1943). Outro agrupamento importante foi o Teatro Experimental de Negro (TEN), criado por Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro, em 1944. O TEN desenvolveu intensa atividade cultural: publicou o jornal Quilombo, organizou o I Congresso Negro Brasileiro. Com o golpe de 1964 cessaram os discursos acerca dos problemas raciais e o movimento associativo refluuiu. Na década de 1970, o movimento se recompõe, com o Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo (1978). Com uma intensa pauta reivindicativa inaugurou a fase contemporânea do *movimento negro*, obtendo conquistas importantes na Constituição Cidadã (1988). *Esses grupos impulsionaram o sentimento de pertencimento, construíram e preservaram laços de solidariedade racial. Contribuíram para a percepção das desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, animando assim os movimentos de reivindicação por direitos e cidadania* (p. 119).

Breves considerações.

Temos consciência de que *Astra inclinat non necessitant* (os astros orientam, não determinam), no entanto, o destino do Dicionário está traçado, ser um texto de consulta e um estímulo para futuras pesquisas. Os organizadores acertaram em cheio tanto na escolha e formato dos verbetes, como no conjunto de especialistas, que com paixão e arte prepararam os textos. No conjunto, o Dicionário desenha uma riquíssima mandala da diáspora afro-brasileira. Uma palavra sobre a sobrecapa, especialmente, criada pelo artista Jaime Lauriano, desenhada com pomba branca (giz utilizado em rituais de Umbanda) e lápis dermatográfico sobre algodão, se transforma num pôster profético, que denuncia e anuncia um dos maiores dramas da história da humanidade, a redução à condição de coisa de milhares de seres humanos, que jamais aceitaram esta condição. Nas palavras de Abdias do Nascimento, *Desde o instante em que o primeiro africano escravizado pisou a terra brasileira, chegou com ela inextinguível chama da liberdade*.

Finalizo com um pedido. Logo, logo teremos uma reimpressão do Dicionário, penso ser possível inserir um mapa antigo e um moderno da África, estou certo de que será muito útil para os futuros leitores (as). Uma palavra, ainda, a Companhia das Letras está de parabéns e só temos de agradecer este presente, em ilumina nossos dias tão sombrios.